

Paisagens e circuitos em Mérida, México

Marcos H. B. Ferreira (IGPA/PUC Goiás)

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma tese defendida no PPGAS/UFG em 2021, com base em uma etnografia realizada em Mérida, capital do estado mexicano de Yucatán, entre janeiro de 2018 e março de 2019. Partindo da noção de “*taskscape*”, de Tim Ingold, que trata as paisagens como registros de práticas sociais cotidianas; e da noção de “circuito”, de Magnani, que designa um uso do espaço urbano por meio de encontros, comunicação e sociabilidade, penso a produção das fronteiras urbanas e a forma como elas se relacionam com a questão da etnicidade. Meu foco é sobre as práticas cotidianas de morar, trabalhar e mover-se na cidade, e os significados que o racismo em relação aos mayas produziu em torno destas práticas ao longo de séculos de exploração e exclusão. Meu objetivo é compreender como o racismo influencia a produção do espaço urbano de Mérida, produzindo diferentes “padrões de segregação” (CALDEIRA, 2011). E compreender a maneira como os mayas lidam com isso, tanto no que se refere aos significados construídos diante da segregação, quanto no que se refere às suas mobilizações identitárias.

Palavras-chaves: paisagens, racismo, circuitos, etnicidades em contexto urbano

Introdução

Além de possuir uma divisão muito marcada de seu espaço, com limites bem definidos entre a região sul, a região norte e o centro, Mérida possui diferenças muito evidentes nas características das paisagens e das populações que habitam cada uma dessas regiões. No cerne dessas diferenças, a questão étnica aparece como um elemento estruturante, já que a população maya e de baixa renda reside em regiões específicas, o mesmo acontecendo com a população branca de média e alta renda. Estas posições espaciais baseadas em fatores como etnicidade e renda podem ser observadas na história da cidade desde a sua fundação. Mas há também acontecimentos históricos recentes que suscitaram deslocamentos indiretos de pessoas e produziram esse quadro de concentração da população maya às margens da cidade. Ou que produzem conflitos entre a população branca de alta renda e a população maya que reside em áreas do entorno de Mérida.

Entre janeiro de 2018 e fevereiro de 2019, realizei entrevistas com mayas residentes em Mérida a respeito de suas histórias de vida, com ênfase em atividades

de trabalho e moradia. A partir dessas histórias, penso alguns processos de transformação no espaço urbano de Mérida tal como foram experienciados pela população maya residente na cidade. E tento identificar os fenômenos de segregação espacial enfrentados por esta população no decorrer desses processos.

Eu me baseei na noção de *taskscape*, de Tim Ingold, que trata as paisagens como processos, com ênfase nas práticas sociais que as produzem cotidianamente. Também me baseei na noção de “circuito”, de José Guilherme Magnani, que designa “um uso do espaço e dos equipamentos urbanos que possibilita o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos, porém [...] sem se ater à contiguidade” (Magnani; Andrade, 2013, p. 48). Com esse referencial, pensando a partir das práticas cotidianas de morar, trabalhar e mover-se na cidade, analiso a produção das fronteiras urbanas e a forma como elas se relacionam com a questão da etnicidade.

Para isso, tento compreender de que maneira essas atividades práticas se relacionam com significados culturais construídos ao longo da história de Mérida e da região de Yucatán. Estes dizem respeito principalmente aos estigmas e preconceitos produzidos pelo racismo dirigido aos mayas ao longo de séculos de exploração e exclusão.

Meu objetivo é compreender como o racismo impingido aos mayas influencia a produção do espaço da cidade, refletindo-se inclusive na maneira como o espaço de Mérida se organiza, por meio da geração de “padrões de segregação” (Caldeira, 2011). Também procuro compreender a maneira como os mayas lidam com isso, tanto no que se refere aos significados construídos diante da exclusão, quanto em relação às mobilizações identitárias produzidas recentemente.

Primeira aproximação a Mérida

Mérida foi construída sobre uma antiga cidade maya chamada Th'ó. Todas as pirâmides de Th'ó foram demolidas pelos espanhóis quando da invasão. As pedras que tinham sido usadas pelos mayas na construção de sua cidade foram depois reutilizadas pelos espanhóis no erguimento de uma grande muralha em torno de Mérida, que seria apelidada de “Cidade Branca”.

Do lado de dentro das muralhas, residiam os espanhóis, do lado de fora, estavam os “bairros de índios”. A construção de Mérida representou, portanto, a consolidação da invasão espanhola sobre a Península de Yucatán, liderada por Francisco de Montejo e seu filho, os fundadores da cidade. A antiga cidade maya, Th’ó, que foi totalmente destruída, é considerada hoje, por alguns arqueólogos, como uma das principais “capitais regionais” de sua época, ao lado de Chichén Itzá e Uxmal, atualmente os principais sítios arqueológicos da região (Ligorred Perramon, 1998, p. 09).

Ao longo de séculos, Mérida, a capital de Yucatán, construiu um lugar predominante na dinâmica política e econômica do estado e da região sudeste do México. Com as cidades turísticas do estado vizinho de Quintana Roo, Cancún e Playa del Carmen, constitui um dos polos de atração de migrantes do interior do estado e de outros lugares do país, razão pela qual viu sua população multiplicar nas três últimas décadas.

Suas principais atividades atualmente são o comércio, a indústria manufatureira e o setor de serviços (INEGI, 2015). Observando-se o cotidiano da cidade, fica muito evidente a importância das atividades relacionadas ao turismo e à construção civil.

Atualmente, cerca de 892.363 pessoas residem em Mérida. No censo de 2015, quando o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI/México) usou pela primeira vez o critério de autoidentificação, 48,25% da população de Mérida autodeclarou-se indígena. Apesar de existirem outras etnias, por conta de processos migratórios diversos, a população indígena da cidade é predominantemente maya. No momento que os colonizadores espanhóis chegaram, os mayas ocupavam toda a região da Península de Yucatán.

Os mayas residem hoje predominantemente nos bairros do sul de Mérida, que são as regiões mais estigmatizadas da cidade, representadas como áreas precárias e violentas. Uma representação presente no imaginário social, mas que contrasta com a opinião dos residentes nesta região. A população branca de Mérida reside principalmente nos bairros do norte da cidade, considerados como “áreas nobres”.

DISTRIBUCIÓN DE HOGARES INDÍGENAS POR ÁREA GEOESTADÍSTICA BÁSICA (AGEB) EN EL MUNICIPIO DE MÉRIDA EN 2010

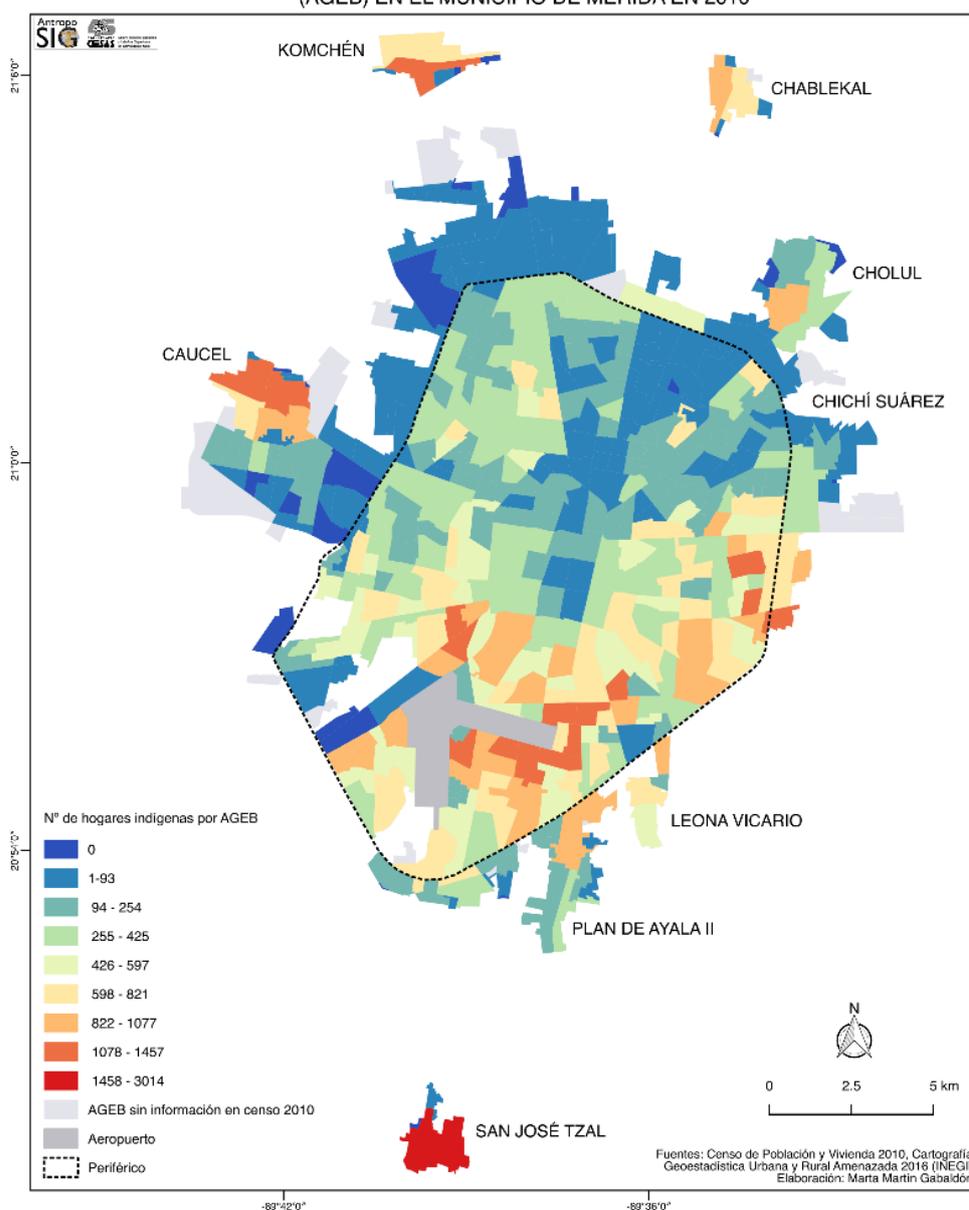


Imagem 01 – Distribuição espacial da população indígena em Mérida com base em dados de INEGI, 2010.

Os mayas em Mérida e em Yucatán

Existe uma extensa e valiosa bibliografia sobre os mayas em Yucatán, tanto na área de antropologia quanto nas áreas de história e arqueologia. Os trabalhos sobre mayas na cidade de Mérida, no entanto, são muito menos numerosos, embora exista uma forte tradição de estudos antropológicos sobre indígenas em contextos urbanos em outras cidades do México.

Entre os trabalhos sobre os mayas de Yucatán – do estado ou da Península –, os estudos clássicos de Robert Redfield sobre a ideia de *continuum folk-urbano* e suas

etnografias em parceria com Villa Rojas acerca das mudanças sociais em uma comunidade maya do interior do estado certamente se destacam como os mais comentados. Em termos gerais, esses estudos apontam para o fato de que as comunidades indígenas daquele momento se identificavam cada vez mais em termos de “classe social” e cada vez menos em termos de etnia, já que faziam uma escolha por integrar-se no processo de transformação que Redfield chamou de “progresso”. Hoje sabemos que uma coisa não exclui a outra, muito pelo contrário, conforme tentarei demonstrar.

O conhecido trabalho do renomado antropólogo mexicano Guillermo Bonfil, outro integrante da galeria de estudos clássicos sobre o tema, também chama atenção para processos de “aculturação” entre os mayas de Sudzal, município de Yucatán que se dedicava à economia *henequenera*. Lá também, segundo o autor, os indígenas, que em Yucatán já eram chamados de *mestizos*, estariam “deixando de ser” indígenas, para se transformarem cada vez mais em campesinos (Bonfil, 2006, p. 193 apud Llanes Salazar, 2018, p. 266).

Em outra linha de análise, o trabalho do antropólogo estadunidense Quetzil Castañeda se dedicou a compreender a maneira como os mayas peninsulares se relacionam com o Estado e os efeitos disso sobre suas formas de mobilização e autorreconhecimento étnico. Para esse autor, o Estado não é apenas um “mecanismo repressivo ou impositivo”, mas possui também um caráter “produtivo” (Castañeda, 2004, p. 42). Assim, ainda segundo esse autor, a etnicidade não seria apenas uma questão de relação entre classes ou hegemonia, mas uma questão de *governamentalidade*, adquirindo um caráter fortemente “estratégico”.

Entre a década de 1990 e os anos 2000, vários autores, com diferentes graus de proximidade a esse argumento de Castañeda, concordavam quanto a inexistência de uma identidade étnica ou “consciência étnica” que aglutinaria os mayas no estado de Yucatán. Segundo o antropólogo Rodrigo Llanes Salazar,

as evidências históricas e etnográficas para o argumento da inexistência da identidade étnica maya em Yucatan mostram que os “índios” ou “nativos” se identificaram principalmente com suas *cah* (comunidade) e *chibal* (linhagem) durante o período colonial, não com uma entidade mais ampla equivalente à ideia romântica do “povo maya” [...]. Outras evidências, relativas ao período contemporâneo, indicam que os habitantes das *comisarías* na periferia da cidade de Mérida, a capital do

estado, avaliam a Conquista da América como um evento positivo e a Guerra de Castas como negativa [...]; que os iucateques falantes da língua maya concebem os antigos mayas como “outros”, não como seus ancestrais [...], e que no Estado não existem redes de organizações – religiosas, camponesas e da sociedade civil – que funcionem como facilitadores da mobilização étnica (Llanes Salazar, 2018, p. 259, tradução nossa).

Entretanto, os trabalhos de Pedro Bracamonte y Soza (2005; 2007; 2013), por exemplo, marcados por um conhecimento profundo sobre a história de Yucatán e embasados em uma admirável pesquisa sistemática de documentos históricos de diferentes tipos, não deixam dúvidas de que a questão étnica, atravessada por uma forte distinção de classe, uma desigualdade social monstruosa e uma forte condição de opressão e exploração do trabalho indígena, foi uma constante na história da Península, e possui um caráter estruturador da sociedade iucateque. A questão étnica está inclusive no cerne do conflito armado entre espanhóis e indígenas que marcou profundamente a história da Península, por seu grau de violência e por sua duração, e que ficou conhecido como “Guerra de Castas”.

É fato observável que, nas últimas décadas, algo mudou no cenário político e social do estado, na maneira como os mayas se relacionam com sua identidade indígena, na vida cotidiana perante outros atores sociais e perante o Estado. Hoje em dia, é fácil encontrar jovens artistas, músicos, professores, trabalhadores do setor de turismo e organizações civis que, ao ressignificarem estereótipos sobre o que é ser maya, chamam atenção para a presença indígena tanto em Yucatán, quanto na cidade de Mérida e seu entorno. Essa presença sempre existiu de maneira incontestada, mas foi invisibilizada por meio do preconceito e da exclusão. O que obviamente não significa que a identidade étnica maya não existia anteriormente, mas apenas que ela não podia expressar-se livremente perante outros grupos sociais.

Por isso discordo do argumento de que esse movimento de afirmação identitária teria um caráter meramente “estratégico” e constituiria um caminho para garantir acesso a recursos ou a políticas do Estado.

Em que pese sua influência, não podemos considerar apenas esse aspecto “estratégico”, já que existem outros fatores importantes como: o acesso à educação, à

informação, e as referências provenientes de experiências de diversos movimentos étnicos no México e ao redor do mundo, testemunhadas desde a década de 1990, principalmente.

Devemos também nos perguntar se há algum tipo de mobilização coletiva ou processo de reivindicação de identidade, em qualquer lugar do mundo, que aconteça de modo independente das relações com as esferas econômica e política, e das relações com o Estado. Por que apenas no caso das identidades indígenas essas congruências são apontadas como “meramente estratégicas” ou interesseiras?

Esse argumento pode inclusive fortalecer discursos anti-indígenas que tentam deslegitimar reivindicações de direitos indígenas apontando nelas supostos interesses escusos ou oportunismo. Sei que esse não é o objetivo de nenhum tipo de antropologia séria, mas é o risco que se corre ao se incorporar acriticamente certas teorias do norte, produzidas num contexto de desconhecimento das desigualdades históricas estruturais e das condições de opressão e exploração que o colonialismo produziu e produz nos países colonizados.

Etnicidades em contexto urbano

Entre os estudos sobre mayas em Mérida, que são pouco numerosos, existem trabalhos valiosos que tematizam seja os processos de migração a partir da zona rural, ou dos *pueblos*, de Yucatán com o desaparecimento da economia *henequenera*¹ principalmente, sejam as desigualdades sociais históricas e as relações mantidas entre *pueblo* e cidade atualmente (Bracamonte y Sosa, 2005; 2013), ou ainda as práticas culturais, condições de vida e a complexidade dos processos de mudança cultural vividos nas últimas décadas (Lizama Quijano, 2007; 2013). Existem grandes contribuições sobre as características dos bairros e regiões de moradia dos mayas em Mérida (Guzmán Medina, 2005; 2016). E inclusive uma pesquisa sobre mayas que tiveram um passado rural e pobre em alguma comunidade da Península, e que agora são profissionais pertencentes à classe média de Mérida (Santillán, 2011). Mas esses trabalhos, apesar da relevância, não necessariamente contêm uma teorização profunda das relações entre etnicidade, espacialidades e segregação.

¹ O henequém (*Agave fourcroydes*) é uma planta nativa do Sul do México e Guatemala, que foi muito utilizada até meados do século XX para a extração de uma fibra natural que era usada principalmente na navegação.

Com contribuições importantes nos estudos da presença indígena em centros urbanos regionais (Mérida, em Yucatán; Cancún, em Quintana Roo; San Cristóbal de las Casas, no estado de Chiapas), Alicia Castellanos Guerrero (2001; 2003) nos brinda com reflexões extremamente ricas sobre o racismo no México, pensadas a partir das histórias de cada contexto regional, com foco sobre a influência das elites locais e das ideologias que produzem a respeito dos indígenas em cada um desses contextos.

Também Eugenia Iturriaga (2011), em sua tese de doutorado recentemente publicada, discute o racismo das elites de Mérida e o forte elitismo construído ao longo de séculos de história, traduzidos em hábitos e comportamentos segregadores que atingem a população de ascendência indígena na forma de uma forte exclusão, tanto social quanto espacial. Para isso, baseando-se no excelente trabalho de Reyes (2003) sobre o carnaval em Mérida, destaca a organização do espaço da cidade – a divisão entre norte e sul, “oriente” e “poente” – e a maneira como esta reproduz uma divisão étnica e social da população meridana. Seu foco recai, no entanto, sobre os espaços de convívio das elites, e, nesse sentido, mesmo indicando relações importantes, não aborda diretamente – dado não ser este o objetivo de sua pesquisa – as questões sobre segregação espacial da população maya.

Há um aspecto recorrente na maioria desses trabalhos, e que será tomado aqui como ponto de partida, a saber, os mayas estão presentes desde a fundação da cidade, mas são considerados até hoje como migrantes, ou como “rurais”. Essa ideia está fundada na concepção de que os mayas estão nos *pueblos* e não na cidade, uma concepção com a qual me deparei em vários momentos no decorrer da pesquisa. Essa oposição entre “rural indígena” (tradicional) e “urbano branco” (moderno) é certamente muito antiga e imperava quando Redfield construiu a mencionada teoria sobre o *continuum folk-urbano*. Nela, imaginava uma linha gradual, com dois pólos, que ligava uma comunidade da selva maya ao sul da Península, passando por um *pueblo* de Yucatán até chegar em Mérida. Como se rural e urbano existissem em separado, cada um em um lugar, e nunca combinados entre si, convivendo em um mesmo contexto. Hoje, pelo menos, como veremos, eles podem coexistir em vários momentos e de várias maneiras. Por isso, o termo “contexto urbano” não exclui a presença de elementos oriundos ou típicos de um “contexto rural”, e vice-versa.

A antropóloga mexicana Alicia Castellanos Guerrero (2001, pp. 172-3, tradução nossa) nos lembra que

os processos de dominação colonial e neocolonial relegaram comunidades e *pueblos* às áreas rurais e, em muitos casos, às regiões mais inóspitas. O direito à cidade foi reservado para *criollos* e mestiços [...]. Os mitos de fundação das cidades *criollo*-mestiças em regiões com populações indígenas e que são a sede do poder das elites políticas e econômicas são um indicador da proximidade e da distância do Outro. As identidades regionais são configuradas de acordo com esse substrato histórico e são inclusivas e/ou excludentes das populações indígenas em sentido distinto, fomentando em alguns casos uma luta constante entre o universalismo impulsionado pelo poder central e o diferencialismo das regiões.

Várias tentativas constantes de distinção, de marcação das diferenças e de separação dessas diferenças no espaço, surgem ao longo da história por iniciativa das elites regionais, através de ideologias racistas, difundindo-se por vários canais e impregnando a vida cidadina em vários âmbitos. Essas ideologias se expressam de distintas maneiras, sendo uma delas a própria organização do espaço da cidade, que se torna, portanto, uma divisão atravessada por referenciais de raça e etnia. As identidades individuais e coletivas se estruturam a partir desse substrato, por isso, “negar a presença” também significa muitas vezes delimitar espaços e demarcar distâncias, tanto simbólicas quanto espaciais.

“Estar vivo”: morar, trabalhar, mover-se pela cidade

Nas histórias de vida que eu pude acessar por meio da pesquisa (Ferreira, 2020), as questões relativas a moradia e trabalho foram capazes de mobilizar memórias muito diversas e organizar longas narrativas, carregadas de experiências, imagens e afetos que transmitem um sentido coerente e integrado às diferentes histórias dos participantes da pesquisa.

As atividades de trabalho são um caminho pelo qual os mayas se inserem nos espaços e no cotidiano da cidade. Seja vendendo comida e verduras nos mercados da cidade, no setor de serviços, em alguma empresa ao norte da cidade, nas atividades de turismo no centro, em qualquer atividade como as artes ou a advocacia, o trabalho e os trânsitos e deslocamentos espaciais que ele produz, desenham circuitos de presença predominantemente maya. Nesses circuitos, fica muito evidente as distinções espaciais entre

o norte de Mérida, área de moradia da população branca e rica; e Sul de Mérida, onde residem os mayas. Também entre o centro histórico turístico e o centro histórico comercial.

As representações sobre cada uma dessas áreas, presentes no imaginário social, o lugar que cada região ocupa na cartografia imaginária da cidade, estão fortemente atravessadas pelos estigmas em relação aos mayas e pelo forte racismo que marca a história de Yucatán nos últimos cinco séculos.

Nas histórias de moradia acessadas, são comuns as inúmeras mudanças de local de residência, seja como esforço para morar mais perto do local de trabalho ou de estudo, seja como busca de aluguéis compatíveis com a renda familiar, seja ainda como possibilidade de adquirir uma casa própria e abandonar o aluguel.

Segundo David Harvey (2011, p.195),

biografias individuais podem ser tomadas como “trilhas de vida no tempo-espaço”, começando com rotinas cotidianas de movimento (da casa para a fábrica, as lojas, a escola, e de volta para a casa) e estendendo-se a movimentos migratórios que alcançam a duração de uma vida (por exemplo, juventude no campo, treinamento profissional na cidade grande, casamento e mudança para os subúrbios, e aposentadoria passada no campo).

Para Ingold, a noção de espaço tende a delimitar a vida, que, em verdade, por estar em movimento, extrapola qualquer tentativa de delimitação desse tipo. Ao contrário, para o autor, os lugares são como elos entre linhas que formam uma grande rede de movimentos. Os fios dessas redes são “linhas de peregrinação”, registros de movimentos entre os nós da rede, que são os lugares. Uma casa, por exemplo, é um “lugar onde as linhas de seus residentes estão fortemente atadas”. Mas a casa não contém e nem pode conter estas linhas. Elas continuam “para além” da casa, até se encontrarem com outras linhas, produzindo outros nós, e assim por diante:

Os lugares, em suma, são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores ao movimento. [...] [E]nquanto a ocupação é de uma área, a habitação é linear. Ou seja, leva as pessoas não através da superfície da Terra, mas ao longo dos caminhos que levam de um lugar ao outro. Da perspectiva dos habitantes, portanto, “em todos os lugares” não é espaço. É toda a malha de trilhas interligadas ao longo das quais as pessoas vivem suas vidas.

Enquanto está na trilha, uma pessoa está sempre em algum lugar. Mas todo “em algum lugar” está no caminho para algum outro lugar (Ingold, 2007a, p. 81, tradução nossa).

Apesar de provocativo e instigante, o argumento de Ingold parece supervalorizar o movimento e desconsiderar os fatores que podem interferir sobre ele. É necessário pensarmos a diversidade e desigualdade de experiências de movimento existentes e possíveis em um mesmo recorte espacial. Harvey já havia comentado que os “recursos temporais finitos e a ‘fricção da distância’ (medida em tempo e gastos necessários para vencê-la) restringem o movimento diário” (Harvey, 2011, p. 195). Também devemos lembrar que grupos de indivíduos diferentes estão relacionados a tipos diferentes de movimentos que podem ser voluntários ou forçados.

Em verdade, Ingold e Harvey possuem um ponto importante em comum. O fato de que ambos resolvem seus impasses acerca da experiência espacial (ou, como Ingold prefere dizer, experiência através dos lugares) recorrendo ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, um princípio gerativo de comportamentos regulados, que “produz práticas” tendentes a reproduzir as condições objetivas (Harvey, 2011, p. 202).

Se o movimento pelos espaços da cidade é uma experiência corporal, há de se considerar que o corpo é, por sua vez, a dimensão mais social da experiência espacial. Já que as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência, estrutura esta que define lugares e posições para indivíduos e grupos sociais.

Nesse sentido, as experiências de movimento na cidade narradas pelos participantes da pesquisa referem-se, num primeiro nível, a seus trajetos cotidianos, circuitos coletivos e encontros experimentados a partir de práticas sociais cotidianas. As práticas de moradia e trabalho foram enfatizadas na pesquisa, mas existem também práticas de consumo e lazer que poderiam ter sido enfatizadas por uma outra abordagem. Os movimentos e deslocamentos que essas práticas sociais produzem evidenciam a localização (espacial e social) de seus narradores, nos termos de seu pertencimento de classe, raça e etnia. Isso acontece porque a ordem espacial produzida ao longo dessas experiências está atrelada a distinções de classe e etnia.

Em um segundo nível, as experiências de movimento narradas referem-se a mudanças de moradia vivenciadas ao longo da história da família. Essas mudanças, por sua vez, informam, a partir de um plano micro, ou seja, da experiência pessoal, um processo mais amplo de exclusão e expulsão indireta dos mayas para as regiões mais periféricas da

cidade. Esse processo produziu uma distribuição espacial marcada por um padrão de segregação baseado simultaneamente nas divisões entre norte e sul; centro e periferias, com os mayas residindo predominantemente ao sul, conforme demonstrado no mapa. O sul de Mérida é também a região mais estigmatizada da cidade.

As práticas de moradia dizem respeito não apenas ao local de residência, mas também aos tipos de casa que os mayas habitam, sua estética, seus materiais, suas técnicas de construção etc. Como a grande maioria das casas onde vivem os mayas em Mérida são construídas em etapas, em um processo de autoconstrução, é muito comum que elas apareçam inacabadas, já que esse processo pode durar vários anos. Essa característica é tomada pelos não-mayas, a partir de uma ideologia hegemônica, como sinal de precariedade. Daí a representação de algumas dessas casas, principalmente as casas de tijolos que conjugam técnicas e materiais de usos tradicionais mayas, como “casas rústicas”.

Além disso, as chamadas “casas mayas”, de formato circular, teto de palha e muretas de pedras à frente, são tidas, em Mérida, como “casas de pobres”. Por isso, muitas vezes seus moradores preferem demoli-las, transformá-las em um uma casa de tijolos, mesmo que se mostre mais desconfortável, principalmente do ponto de vista térmico. Além disso, existe a ideia de que essas casas em arquitetura vernacular maya são típicas de *pueblos* e não de uma grande cidade. Apesar de tudo isso, identificamos por meio desta pesquisa mais de dez casas em arquitetura vernacular maya em Mérida.



Imagem 02: Casa com arquitetura vernacular maya, Centro. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/NdGwAwizPj82>>. Acesso em: 21/07/2019.

Considerações Finais

Na obra clássica sobre segregação espacial no Brasil, a antropóloga brasileira Teresa Pires Caldeira defendeu que as regras que organizam o espaço urbano são basicamente “padrões de diferenciação social e de separação, que revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (2011, p. 211).

O caso de Mérida ajuda a compreender outros casos, inclusive de cidades brasileiras e latino américas, onde discriminação étnica e segregação espacial encontram-se imbricados. Interessa compreender e divulgar os elementos sobre os quais essas relações se fundam e se estabelecem, e as possibilidades de superação dessas relações, com base em experiências reais conhecidas por meio da etnografia. Esse é um tema para o qual a antropologia urbana pode contribuir para a compreensão de grandes fenômenos que interferem diretamente na vida das pessoas.

A história regional e seus aspectos simbólicos fornecem pistas para a compreensão da influência das elites econômicas regionais e suas ideologias sobre a produção do espaço urbano das cidades. O espaço físico da cidade é um campo de expressão de desigualdades de classe, que estão coladas, por sua vez, a ideologias racistas. Por isso, os bairros onde se concentra a população indígena de Mérida são altamente estigmatizados segundo estereótipos racistas atribuídos aos indígenas em Yucatán. Estes bairros são conhecidos como “bairros pobres”; essa correspondência entre “indígena” e “pobre”, tal como operada pela ideologia dominante local, no contexto de um centro urbano regional, é a última expressão de uma mesma política assimilacionista e homogeneizadora, que tenta integrar os indígenas à sociedade nacional não como grupo étnico detentor pleno de direitos, mas como “pobres urbanos”, excluídos e explorados.

Paris Pombo defende que a segregação espacial dos mayas em Mérida:

não é resultado de uma política urbana de caráter racista ou de uma espécie de *apartheid* [...] porém, a tendência à formação de guetos, ou mesmo de hiper-*guetos* (nos termos de Wieviorka) resulta justamente desse “ambiente hostil” que se constrói com base no estigma. (Paris Pombo, 2003, p.176, tradução nossa).

A ideia de *gueto*, no entanto, muito frequente em trabalhos sobre conflitos étnicos raciais em cidades norte-americanas ou europeias, não consegue expressar os padrões de segregação das cidades latino-americanas, onde se observam formas complexas e às vezes pouco declaradas de racismo.

Além disso, a segregação espacial em um contexto de acentuada presença indígena, desigualdades sociais e racismo é, inevitavelmente, resultado de políticas urbanas racistas. Isso acontece por conta de uma articulação profunda entre os interesses econômicos envolvidos na produção do espaço urbano e a influência das elites regionais, e suas ideologias racistas, sobre a atuação do Estado.

A noção de paisagem, tomada como um registro de práticas cotidianas que expressam desigualdades sociais, ao lado de políticas de Estado que expressam interesses e ideologias das elites regionais, tem muito a contribuir para os estudos sobre etnicidades em contextos urbanos latino-americanos. Especialmente se pensarmos em termos dos contrastes entre as paisagens hegemônicas, das chamadas “áreas nobres”, e as paisagens marginais das áreas periféricas, estigmatizadas pelo imaginário social dentro da cartografia imaginária produzida ao longo da história de uma cidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PEREIRA, Miguel Serras. *Esboço de uma teoria da prática*: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002

BRACAMONTE Y SOSA, Pedro. La península remodelada: los mayas y la movilidad espacial. In. LIZAMA QUIJANO, Jesús (org.), *Entre irse y quedarse... Estructura agraria y migraciones internas en la Península de Yucatán*, Editorial Letra Antigua, Mérida, 2013.

BRACAMONTE Y SOSA, Pedro. Los solares urbanos de Mérida y la propiedad territorial indígena en el Yucatán Colonial. In. YANES, Pablo; MOLINA, Virginia; GONZÁLEZ, Oscar. *Urbi indiano: la larga marcha a la ciudad diversa*. Mexico, D. F, 2005.

BRACAMONTE Y SOSA, Pedro. *Una deuda histórica: ensayo sobre las condiciones de pobreza secular entre los mayas de Yucatán*. Mexico, D. F: CIESAS, 2007.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CASTAÑEDA, Quetzil E. “*We are not indigenous!*”: *An Introduction to the Maya Identity of Yucatán*. *Journal of Latin American Anthropology*, v. 9, n. 1, p. 36-63, 2004.

CASTELLANOS GUERRERO, Alicia. *Imágenes del racismo en México*. México, UAM y Plaza y Valdés, p. 35-142, 2003.

CASTELLANOS GUERRERO, Alicia. Notas para estudiar el racismo hacia los indios de México. *Papeles de población*, v. 7, n. 28, p. 165-179, 2001.

CENSO, INEGI. Instituto Nacional de Geografía y Estadística. 2015.

FERREIRA, Marcos Henrique Barbosa. *Etno-cidade: mayas em Mérida hoje*. Tese de Doutorado em Antropologia social. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

GARCÍA GIL, G., OLIVA PEÑA, Y.; ORTIZ PECH, R. Distribución espacial de la marginación urbana en la ciudad de Mérida, Yucatán. México. *Geografía Humana* 77, 89–106, 2012.

HARVEY, David. O Direito à cidade. In. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. 2014.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista Do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Espaços e Tempos Individuais na Vida Social. In. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 2011.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skills*. London and New York: Routledge, 2000.

ITURRIAGA, Eugenia. *Las élites de la ciudad blanca: racismo, prácticas y discriminación étnica en Mérida, Yucatán*. Tesis de doctorado en el Instituto de Investigaciones Antropológicas. México: FFyL-UNAM, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LIGORRED PERRAMON, Josep. *T'Ho, la Mérida ancestral*. Dirección de Desarrollo Urbano. Ayuntamiento de Mérida. Mérida, México, 1998.

LIZAMA QUIJANO, Jesús (org.). *Entre irse y quedarse...: estructura agraria y migraciones internas en la península de Yucatán*. Mérida: Letra Antigua, 2013.

LIZAMA QUIJANO, Jesús. *Estar en el mundo: procesos culturales, estrategias económicas y dinámicas identitarias entre los mayas yucatecos*. CIESAS, 2007.

LLANES SALAZAR, Rodrigo. "Etnicidad maya en Yucatán: balances y nuevas rutas de investigación." *Estudios de cultura maya* 51: 257-282, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; ANDRADE, José Agnello Alves Dias de. Uma experiência de etnologia urbana: a presença indígena em cidades da Amazônia. In. AMOROSO, M.; DOS SANTOS, G. M. *Paisagens Ameríndias. Lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. As cidades de Tristes Trópicos. *Revista de Antropologia* Vol. 42, n.1-2. São Paulo, 1999.

TORRES PÉREZ, Maria Helena. *Casa Maya en Yucatán: vigencia y transformaciones contemporáneas de la vivienda vernácula y un modo de vida*. In. ÁLVAREZ VALLEJO, A.; DE HOYOS MARTÍNEZ, J. H.; JIMÉNEZ JIMENEZ, J. de J. (orgs.). *Habitar, la vivienda*. México, D.F.: Universidad Autónoma del Estado de México, Facultad de Arquitectura y Diseño, 2016.

MEDINA, María Guadalupe Violeta Guzmán. *Una nueva mirada hacia los mayas de Yucatán: identidad, cultura y poder*. Mérida, Yucatán: UADY, 2005.

PARIS POMBO, Dolores. Discriminación laboral y segregación espacial en ciudades del sureste mexicano. In. CASTELLANOS GUERRERO, Alicia. *Imágenes del racismo en México*. México, UAM: Plaza y Valdés, p. 35-142, 2003.

REDFIELD, Robert. Race and class in Yucatan. In *Cooperation in Research*. Washington: Carnegie Institute, Publication 501, pp. 511-532, 1938.

REYES, Guadalupe. *Carnaval en Mérida: fiesta, espectáculo y ritual*. Conacultura, INAH, Colección Obra Varia, 2003.

SÁNCHEZ SUÁREZ, Aurelio (org.). *Xa'anil naj: la gran casa de los mayas*. Mérida, Yucatán: Ediciones de la Universidad Autónoma de Yucatán, 2018.

Santillán, Ricardo López. *Etnicidad y clase media: los profesionistas mayas residentes en Mérida*. Mérida, Yucatán: Univ. Nacional Autónoma de México, Centro Peninsular en Humanidades y Ciencias Sociales, 2011.

SENA, Custódia Selma. *Uma narrativa mítica do sertão*. Avá. N. 17, 2011.